



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 068/2024.

REGISTRO DE PREÇOS N.º: 035/2024.

PROCESSO DE COMPRA N.º: 156/2024.

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE GOVERNANÇA DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA, SECRETARIA DE GOVERNANÇA POLÍTICA, SECRETARIA DE GOVERNANÇA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE GOVERNANÇA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE GOVERNANÇA EDUCACIONAL E CULTURA, SECRETARIA DE GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, SECRETARIA DE GOVERNANÇA JURÍDICA, SECRETARIA DE GOVERNANÇA DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DA QUALIDADE, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E SECRETARIA DE GOVERNANÇA DA SAÚDE.

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º. 19.875.046/0001-82, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **MARCOS VINÍCIUS DA SILVA BIZARRO**, e através do Agente de Contratação **PAULO VALADARES DA SILVA**, designado pela Portaria 3.618 de 08 de Dezembro de 2023, levam ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, ao critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL - TAXA**, ao modo de disputa **ABERTO**.

O Procedimento Licitatório obedecerá às disposições finais: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, com as respectivas alterações posteriores, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 8.307, de 27 de junho de 2023; Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

LOCAL: AMM Licita - <https://ammlicita.org.br/>.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Paulo Valadares da Silva.

EQUIPE DE APOIO: Débora Késia Siriano Silva, José Claudio Madureira Lage.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo mencionadas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF).

DATA LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/01/2025 até às 12h59min.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/01/2025 às 13h00min.

1 – OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para gerenciamento e administração de benefício de Vale Alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip de segurança, na modalidade “pré-pago”, com mecanismo eletrônico de controle de concessão de créditos em forma eletrônica que permita a gestão dos pagamentos, compensações, liquidações, mediante créditos concedidos pela administração, destinado à aquisição de gênero alimentício in natura em estabelecimentos credenciados no âmbito do Município de Coronel Fabriciano e das demais cidades integrantes da Região Metropolitana do Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Santana do Paraíso, ANTÔNIO Dias e Belo Oriente), tendo como fontes de receitas: Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos, conforme especificações constantes nos anexos deste Edital.

1.2. Constituem anexos deste instrumento convocatório:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Formação de Preços;

Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

2 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

2.1.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados à Agente de Contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, ficando a Agente de Contratação responsável



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



por disponibilizar resposta aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo o mesmo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

2.2. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

2.2.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

2.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Agente de Contratação, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

2.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.2.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.3. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações deverão ser enviados por meio da plataforma AMM Licita - <https://ammlicita.org.br/>. No site citado serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Agente de Contratação julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado, previamente cadastradas na Plataforma de Licitações AMM Licita - <https://ammlicita.org.br/>.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

- a) Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o município, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Empresa impedida de licitar e contratar com o município, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;
- e) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- f) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência;
- g) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nas Legislações contidas no preâmbulo deste edital de convocação

3.3. A observância das vedações supracitadas é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações AMM Licita - <https://ammlicita.org.br/>.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

4.6. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.7. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital, bem como as seguintes declarações:

- a) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- b) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- c) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- d) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- e) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- f) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- g) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- h) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- f) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Após a divulgação do Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço com a descrição do objeto ofertado e o preço, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, até a data e o horário estabelecidos para o acolhimento das propostas.

5.1.1. Cumpre informar que a verificação das condições de habilitação se dará sem prejuízo do disposto pelo art. 63, II da Lei nº 14.133/21.

5.1.1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação inseridos no sistema.

5.1.1.1. Se houver necessidade de apresentação de documentos complementares após a abertura da sessão, o envio será feito em formato digital, via sistema, no prazo máximo de até 02 (duas) horas úteis, contados após solicitação do Agente de Contratação.

5.1.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



5.3. Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta ofertada.

5.3.1. As propostas de preços são irrevogáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços e nas condições estabelecidas.

5.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I deste instrumento convocatório, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6 – DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, a porcentagem total ofertada para o item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.2. O licitante deverá promover no sistema o preenchimento dos seguintes campos:

6.2.1. O valor unitário do benefício, valor mensal estimado, valor anual estimado, incididos a taxa de administração ofertada.

6.2.2. O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

6.2.3. Descrição detalhada do objeto, conforme Anexo I - Termo de Referência, indicando **no que for aplicável** número de série, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente.

6.2.4. O percentual da taxa de administração ofertada é fixo, não comportando qualquer correção no curso de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2.5. O valor referenciado, bem como a quantidade de beneficiários informada no Anexo II – Termo de Referência, constitui-se em mera previsão dimensionada, podendo variar para mais ou menos em decorrência da movimentação do número de beneficiários. Por esse motivo, o município está desobrigado a realizá-lo em sua totalidade, não cabendo à licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

6.2.6. O valor facial do crédito mensal para o benefício poderá ser reajustado por definição do Município.

6.3. É expressamente vedada à identificação do proponente no registro das propostas, importando na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital, **salvo quando se tratar de marca e fabricante**, ocasião em que será divulgado pelo sistema somente após o encerramento da fase de lances.

6.5. As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.6. A Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.6.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pela Agente de Contratação.

6.8. Somente as propostas classificadas pela Agente de Contratação participarão da etapa de envio de lances.

7 – DA FASE COMPETITIVA



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



Obs.: O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o de MENOR PREÇO GLOBAL - TAXA.

7.1. Classificadas as propostas, o(a) Agente de Contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.1.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

7.1.3. O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valor de 0,01% (um centésimo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.1.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.1.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Agente de Contratação e os licitantes.

7.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.3.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.3.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.3.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.3.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.3.5. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.5. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com as porcentagens da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.5.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



7.5.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.5.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem 8.1., caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9 – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Agente de Contratação encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.1.2. SE solicitado pela Agente de Contratação, a Licitante Vencedora da Fase Competitiva que trata o item 7, deste edital, terá o prazo máximo de até 2 (duas) horas, para envio da proposta, via sistema em formato digital, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o subitem 9.1.

9.1.3. A Proposta de Preços final adequada ao ultimo lance proposto, deverá ser apresentada conforme o Anexo II - Planilha de Formação de Preços, deste Edital devidamente preenchido, datado e assinado na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente.

9.2. Encerrada a etapa de negociação, a Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço e verificará a habilitação do licitante.

10 - DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO

10.1.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia, do representante legal (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante, caso não haja procurador legalmente constituído, nos termos do subitem seguinte;

b) Instrumento público de procuração, emitido por Cartório competente, ou Instrumento de mandato particular, assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, que comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta licitação com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do outorgado.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



Neste ato, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo. O atendimento a este subitem suprime a exigência da alínea “a”, e vice-versa;

c) Registro Comercial no caso de empresa individual, Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, Estatuto ou Contrato Social da Empresa e Última Alteração Contratual ou Contrato Consolidado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. O objetivo social tem que estar condizente com o objeto da licitação;

d) no caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias e de terceiros (Prova de regularidade relativa à seguridade social);

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal sede da empresa participante;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho ou comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Positiva com efeitos de Negativa. A certidão deverá ser emitida em caráter Nacional;

10.1.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
ou

a.1) admite-se a participação, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

10.1.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Deverá a licitante apresentar documentação técnica em conformidade ao Item 04 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que serão apreciadas pela Comissão de Avaliação, com posterior Parecer.

a) Deverá apresentar documentação técnica em conformidade ao Item 4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

10.2. Na hipótese da necessidade de envio de documentos complementares, os mesmos deverão ser apresentados em formato digital via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, após solicitação do(a) Agente de Contratação(a) no sistema eletrônico.

11 - DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



11.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá à Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.2. Nesse momento a Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.1.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, ficando os licitantes responsáveis pela contagem dos prazos acima mencionados, bem como pelo acompanhamento das publicações ocorridas no sistema e sítio eletrônico www.fabriciano.mg.gov.br, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.1.5. Em caso de impossibilidade do envio por sistema eletrônico, os recursos poderão ser encaminhados por e-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br.

11.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.2. Na ausência de recurso, caberá à Agente de Contratação adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação à autoridade competente.

13 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

13.1. A Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública será reiniciada em 24 (vinte e quatro) horas após aviso prévio no sistema e sítio eletrônico www.fabriciano.mg.gov.br e a ocorrência será registrada em ata.

14 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.1.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.1.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/grupos, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.1.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



15 - DAS SANÇÕES

15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Anexo III – Minuta da Ata e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16 – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

16.1. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

16.1.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.1.2. Será assegurada a prévia manifestação dos interessados no prazo estabelecido no subitem 11.1.4 deste instrumento convocatório.

17 – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. É facultado ao(a) Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, usando, sobretudo a razoabilidade e proporcionalidade nas decisões, desde que não frustre a essência do Pregão, evitando justamente que formalismos desnecessários procrastinem os fins perseguidos pela Administração.

17.2. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano.

17.4. A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.

17.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Agente de Contratação em contrário.

17.6. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste edital

17.8. O desatendimento de exigências formais e não essenciais, não implicará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

17.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Coronel Fabriciano, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.11. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 12h00min às 17h30min, na Assessoria de licitações, localizada na Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 - Centro – Coronel Fabriciano/MG, pelos telefones (31) 3406-7540 / 3406-7452 e pelo site www.fabriciano.mg.gov.br.

Coronel Fabriciano, 12 de dezembro de 2024.

Elaborado por:

ANDRÉIA BARROS PEREIRA
Auxiliar de Administrativo II

Aprovado por:

JOSÉ PEREIRA
Assessor de Compras e Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa de gerenciamento e administração de benefício de Vale Alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip de segurança, na modalidade “pré-pago”, com mecanismo eletrônico de controle de concessão de créditos em forma eletrônica que permita a gestão dos pagamentos, compensações, liquidações, mediante créditos concedidos pela administração, destinado à aquisição de gênero alimentício in natura em estabelecimentos credenciados no âmbito do Município de Coronel Fabriciano e das demais cidades integrantes da Região Metropolitana do Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Santana do Paraíso, Antônio Dias e Belo Oriente), conforme as condições especificadas no item três deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E MATRIZ DE RISCO:

A nova gestão pública (NGP) do século XXI prima por maior eficiência no trato da coisa pública, exigindo que o gestor público tenha sua conduta balizada pelos princípios da *accountability* e pela qualidade do gasto público. É nesta esteira que a Administração Novos Tempos de Coronel Fabriciano tem norteado suas diretrizes na condução da gestão e associado com a política de valorização dos servidores públicos, materializada pela sanção da Lei Municipal 4.261/2019, em âmbito municipal, que institui o auxílio alimentação para os servidores municipais. Portanto, o objeto da contratação precisa estar em sintonia com as mais recentes tecnologias e iniciativas mercadológicas, amplamente difundidas não somente na iniciativa privada como também nos setores públicos.

Ademais, a contratação de empresa no fornecimento de cartão que possibilite operacionalizar o auxílio alimentação representará economia a este município, haja vista que constitui parte essencial na obtenção da redução da base de cálculo da contribuição previdenciária patronal. Ressalta-se, ainda, que a escolha por cartões tem por objetivo a segurança e confiabilidade da prestação dos serviços aos usuários. A quantidade de beneficiários é variável, pois decorre do número de servidores admitidos e exonerados no período.

A demanda tem como base, na lei 4.535 de 22/12/2023, onde altera a Lei Municipal nº 4.261, de 23/08/2019, que instituiu o Auxílio Alimentação, alterando o *caput* do art. 2º da Lei Municipal de 4.261 de 23/08/2019, passando a instituir o auxílio alimentação no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) a partir de 31/12/2023, se faz necessário a nova contratação para cumprir a legislação acima.

2.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1.1. A contratação se justifica diante da necessidade da PREFEITURA DE CORONEL FABRICIANO fornecer melhores condições de alimentação aos seus servidores, proporcionando o benefício na forma de cartão alimentação.

2.1.2. Para o fim que se busca através deste Termo de Referência deverá ser fornecido um cartão eletrônico com chip, com sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento débito pelo usuário no ato da compra nos estabelecimentos credenciados, do tipo Cartão Alimentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

- 2.1.3.** Fornecer o benefício de cartão alimentação em forma de cartão com chip, aos servidores. A exigência dá-se em função da facilidade da gestão e operacionalização do benefício, proporcionando um controle claro e organizado.
- 2.1.4.** Deverão ser disponibilizados aproximadamente 3.700 (três mil e setessentos) cartões de vale-alimentação (estimativo), sendo que o número equivale a quantidade estimada de servidores efetivos, contratados e comissionados que trabalham na PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO, sendo que cada um fará jus a um cartão.
- 2.1.5.** Do reajuste previsto, o valor será estimado conforme acordo coletivo firmado entre as partes PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO e SINTMCELFG a ser solicitado pela Gestão embasado nos cálculos vigentes do acordo coletivo referido.

2.2. ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA LICITANTE VENCEDORA

- 2.2.1.** A licitante vencedora deverá demonstrar, dentro das possibilidades oferecidas pelo mercado, manter estabelecimentos credenciados, como supermercados, açougues, padarias, mercearias, mercados de frutas, verduras e legumes (sacolões) no Município de Coronel Fabriciano e na região do Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Santana do Paraíso, Antônio Dias e Belo Oriente).

2.3. DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

- 2.3.1.** Considerando que os padrões e os níveis de qualidade dos PRODUTOS/BENS a serem adquiridos são usuais no mercado, entende-se que a futura aquisição/contratação se enquadra como de natureza COMUM, podendo a seleção da melhor proposta, ocorrer por meio da modalidade de Pregão Eletrônico.

2.4. DA AQUISIÇÃO DO OBJETO DE FORMA NÃO PARCELADA

- 2.4.1.** Não será realizado o parcelamento da licitação através de grupos, em razão da recomendação contida no Acórdão/TCU 1214/2013-Plenário, o qual orienta que "[...] *deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização*".

2.5. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/COOP

- 2.5.1.** NÃO SERÁ APLICADA a participação de exclusividade, uma vez que a solução é integral e seu valor ultrapassa R\$80.000,00 (oitenta mil reais) mensais de recarga.

2.6. DA NATUREZA CONTINUADA

- 2.6.1.** Serviço de natureza continuada é aquele essencial para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção compromete a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, conforme o Acórdão nº 132/2008 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União.
- 2.6.2.** Dessa forma, a prestação de serviço de fornecimento de auxílio-alimentação é



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

considerado de natureza continuada, visando a não interrupção das atividades internas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO, uma vez que há obrigatoriedade legal em fornecer alimentação ou vale-alimentação a seus servidores, sob pena de incorrer em desobediência dos dispositivos legais aplicáveis.

2.7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 2.7.1.** Não se aplica a subcontratação ao objeto licitatório, tendo em vista que não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

3: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

- 3.1.** Serão observadas as quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste item, bem como as demais dispostas ao longo deste Termo de Referência;

- 3.2.** Deverão ser consideradas para efeito de formulação das propostas as seguintes especificações técnicas, não podendo ser alegado desconhecimento de tal condição por parte dos licitantes:

- Cartão eletrônico com chip. contemplando carga e recarga de valor de face, na modalidade online;
- O cartão deverá permitir a inclusão de senha individualizada e intransferível;
- Os cartões deverão ser personalizados com nome do servidor, razão social do MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO, data de validade, nome, endereço, telefone e CNPJ da licitante vencedora;
- Deverá ser disponibilizado aplicativo para smartphone, disponível nos sistemas Android e IOS (todas as versões), que permita a consulta de saldo e extrato do cartão, consulta da rede de estabelecimentos credenciados atualizada, contato com a central de atendimento ao usuário e serviço de bloqueio de cartões;

- 3.3.** Não serão aceitos cartões sem chips, considerando a necessidade de o objeto da contratação estar em sintonia com as mais recentes tecnologias e iniciativas mercadológicas, sendo que o cartão com chip é mais seguro e eficiente, tendo o menor risco de fraude.

- 3.4.** Para fins de previsão, fica estimado para subsidiar a elaboração das propostas, considerando as seguintes informações conforme Lei Municipal 4.261/2019 e que o valor total mensal será a base de cálculo para composição da proposta das participantes.

- Valor unitário do benefício estimado: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);
- Número estimado de servidores: 3.700 (três mil e setessentos);
- Valor total mensal estimado: R\$ 1.295.000 (um milhão e duzentos e noventa e cinco mil reais);
- Valor total anual estimado: R\$ 15.540.000 (quinze milhões e quinhentos e quarenta mil reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Item	Descrição	Base de cálculo da taxa de administração mensal	Taxa negativa até	Valor da remuneração
1	Contratação de empresa para gerenciamento e administração de benefício de Vale Alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip, contemplando carga e recarga de valor de face, na modalidade on line, destinado à aquisição de gênero alimentício in natura estabelecimentos credenciados no âmbito do Município de Coronel Fabriciano e das demais cidades integrantes da Região Metropolitana do Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Santana do Paraíso, Antônio Dias e Belo Oriente).	1.295.000,00		
Total				

3.5. A empresa vencedora será aquela que apresentar o menor valor de taxa de administração, podendo, inclusive a taxa ser zero ou negativa, para o fornecimento do objeto ao longo da vigência de 12 (doze) meses, para o total de funcionários previsto no quadro acima. Desta forma, é importante ressaltar o entendimento colacionado abaixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

DENÚNCIA. SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS DE VALE-ALIMENTAÇÃO. VEDAÇÃO À OFERTA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVA. LEI N. 14.442/2022. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMERCIAIS. PROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. DETERMINAÇÃO DE ANULAÇÃO DO CERTAME.

- 1. Nos certames licitatórios destinados ao fornecimento de cartões de vale-refeição ou alimentação, é ilícita, em regra, a fixação de taxas de administração negativas, conforme sedimentado na jurisprudência desta Corte de Contas.**
- 2. As regras inseridas na Lei n. 14.442/2022 possuem aplicabilidade restrita ao âmbito das contratações regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho -**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

CLT, devendo ser observadas por órgão ou entidade inscrito no Programa de Alimentação do Trabalhador- PAT que possuir agentes públicos vinculados ao regime celetista.

(Processo 1141454 - Denúncia. Relator Cons. Subst. Hamilton Coelho. Deliberado em 81812023. Publiicado no DOC em 171812023). (gritos nossos)

Não serão aceitas taxas positivas de administração superiores a 0,0% (zero por cento) sobre o valor de face das cargas e recargas realizadas nos cartões vale alimentação, haja vista que as administradoras dos serviços possuem outras fontes para remuneração de seus serviços, isto é, os estabelecimentos comerciais credenciados, e que a cobrança configuraria uma "bitaxação". Ainda, a Lei 4.261 /2019, que instituiu o Vale Alimentação, o quantificou no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, sendo o valor alterado pela lei 4.535/2023 passando a instituir o valor do auxílio alimentação para R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, não permitindo demais despesas para serviços desta natureza, pelo que se impõe a necessidade da taxa de administração zerada ou negativa.

3.6. No valor que vir a oferecer deverá ser incluído todas as despesas com os profissionais, equipamentos, insumos e instalações, bem como taxas, alimentação, transporte, hospedagem, enfim, todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da prestação dos serviços objeto deste Procedimento.

3.7. O consumo total anual estimado será de **R\$ 15.540.000 (quinze milhões e quinhentos e quarenta mil reais)** a serem distribuídos no cartão alimentação conforme descrito neste termo de referência. Esse valor poderá sofrer alteração para maior quantia de acordo com possíveis negociações coletivas ou leis municipais.

3.8. DAS REDES A SEREM DISPONIBILIZADAS PARA USO DO CARTÃO

3.8.1. Este item tem por escopo, priorizar, a rede a ser credenciada pela licitante vencedora sendo composta por estabelecimentos comerciais em que são comercializados gêneros alimentícios in natura, tais como supermercados, armazéns, sacolão, açougue, mercadinhos etc. dentro da região do vale do aço, conforme descrito no item 3.8.3.

3.8.2. Por conseguinte, a quantidade mínima de redes a serem credenciadas pela licitante vencedora, para uso dos beneficiários do auxílio alimentação, será de 50% do número total de estabelecimentos, tendo, entre eles, o mínimo de 05 (cinco) hiper ou supermercados.

3.8.2.1. Neste sentido, cabe salientar que a fixação do número mínimo de redes credenciadas tem caráter discricionário por parte da Administração Pública que, todavia, deverá estribar sua decisão com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, como foi feito ao exigir que do número total de estabelecimentos comerciais existentes em Coronel Fabriciano, pelo menos metade seja ofertado aos servidores públicos. Assim, vejamos o entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União:

Acórdão 280212013 - TCU - Plenário - Nos licitações para fornecimento de vale alimentação/refeição, apesar de discricionária a fixação do número mínimo de estabelecimnfos credenciados, os critérios técnicos adotados para tanto devem estar em consonância com os princípios da razoabilidade e da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

fundamentados no processo licitatório.

- 3.8.3.** A licitante vencedora também deverá possuir redes credenciadas nas demais cidades que integram o Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Santana do Paraíso, Antônio Dias e Belo Oriente), sendo exigível, no mínimo, 05 (cinco) supermercados ou hipermercados.
- 3.8.4.** A administradora dos serviços de recarga dos Cartões Vale Alimentação deverá possuir pelo menos 01 (um) estabelecimento comercial, varejista de gêneros alimentícios, credenciado dentro de um raio de no máximo 01 (um) quilômetro da Prefeitura de Coronel Fabriciano, localizado à Praça Dr. Louis Ensck, nº 64, Centro, Coronel Fabriciano/MG, CEP: 35.170-033. A medida se justifica, uma vez que estando ao menos 1 estabelecimento próximo da sede da Prefeitura os funcionários farão o melhor uso do benefício do cartão Vale Alimentação em seu horário de intervalo; sendo certo que se o estabelecimento estiver longe, não trará benefício quanto ao tempo eficiente para o servidor se alimentar. Desta forma, é visado à promoção de saúde e segurança alimentar dos servidores.
- 3.8.4.1.** Cumpre informar que no raio de 1 (um) quilômetro da Prefeitura de Coronel Fabriciano há, pelo menos, 02 (dois) supermercados, sendo eles: 1) Supermercado Coelho Diniz, localizado na R. Maria Matos, nº 100, Centro, Coronel Fabriciano-MG, CEP 35.170-111; Mineirão Atacarejo, localizado na R. Dr. Querubino, nº 342, Centro, Coronel Fabriciano-MG, CEP 35.170-00.

3.9. DAS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

- 3.9.1.** Os valores das cargas e recargas para cada cartão serão definidos pelo Município de Coronel Fabriciano, por ocasião de suas requisições periódicas à Licitante Vencedora.
- 3.9.2.** O valor unitário de face bem como o quantitativo de servidores pode sofrer variação, em razão de acordos coletivos com o Sindicato da categoria.
- 3.9.3.** Fornecer o benefício de cartão alimentação, em forma de cartão com chip aos servidores. A exigência dá-se em função da facilidade da gestão e operacionalização do benefício, proporcionando um controle eficiente, claro e organizado.
- 3.9.4.** Não serão aceitos cartões com tarja magnética, devido o alto risco de clonagem, e de forma a minimizar riscos e perdas;
- 3.9.5.** Disponibilizar para o MUNICÍPIO de forma certa e regular os Cartões Alimentação com valores de recarga, na data estabelecida conforme solicitado no pedido e efetuado de acordo com a sua conveniência, no prazo máximo de 01 (um) dia útil a contar da data da solicitação;
- 3.9.6.** Efetuar os créditos nos cartões por meio de sistema ou arquivo eletrônico de sua responsabilidade, com base em arquivo eletrônico a ser fornecido pelo MUNICÍPIO. A Licitante Vencedora deverá disponibilizar tecnologia, metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a impressão ou geração dos respectivos relatórios para controle dos créditos.
- 3.9.7.** Os cartões emitidos deverão permitir a habilitação de senha individual de forma a garantir privacidade e segurança na utilização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

- 3.9.8.** Prestar assistência técnica, efetuando a troca de cartões e solucionando problemas de carga e recarga, bem como prestar suporte e treinamento aos servidores da PREFEITURA DE CORONEL FABRICIANO designados para operar o sistema fornecido, para o pleno cumprimento dos serviços;
- 3.9.9.** Garantir a validade dos cartões e dos valores creditados em cada cartão pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da entrega do cartão ou da data da última carga/recarga dos mesmos;
- 3.9.10.** No caso de perda ou extravio do cartão, a Licitante Vencedora deverá repassar o crédito existente no cartão atual para outro cartão que será solicitado pelo representante do MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO;
- 3.9.11.** Os valores de carga e de recarga são devidos após seus créditos aos servidores, portanto a Licitante Vencedora terá de manter arquivo e coletânea de procedimentos, que venham a garantir, a retenção/manutenção destes créditos a estes servidores, até o devido pagamento/ressarcimento;
- 3.9.12.** A apresentação da rede credenciada, em conformidade com os sub itens 3.8, 3.8.1 e 3.8.2, 3.8.3 e 3.8.4, será obrigatória no prazo hábil de no máximo 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 3.9.13.** Garantir que os cartões sejam regularmente aceitos pelos estabelecimentos credenciados e reembolsar, na forma da lei e no devido prazo, o estabelecimento comercial credenciado;
- 3.9.14.** Enviar a PREFEITURA, bimestralmente ou sempre que solicitado, na forma digital e física, o cadastro completo e atualizado dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada e pontos de recarga, comunicando, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, eventuais alterações;
- 3.9.15.** Realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido e creditá-lo a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de bloqueio, sem quaisquer ônus à Administração e/ou aos Servidores;
- 3.9.16.** A PREFEITURA DE CORONEL FABRICIANO poderá, a cada mês, alterar a quantidade e os respectivos valores dos vales alimentação e refeição, sem que caiba a Licitante Vencedora qualquer reclamação ou direito a indenização;
- 3.9.17.** Os cartões deverão ser entregues no endereço da sede da PREFEITURA DE CORONEL FABRICIANO.
- 3.9.18.** Os créditos inseridos nos cartões, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão ser computados obrigatoriamente aos próximos créditos, de tal forma que os servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO, em hipótese alguma, sejam prejudicados;
- 3.9.19.** A Licitante Vencedora deverá, em até 05 (cinco) dias úteis, da data da publicação da Ata no Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Fabriciano, informar o número de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

telefone **da Central de Atendimento ao Cliente 0800 ou similar**, sem custos adicionais para a PREFEITURA, que atenderá à Secretaria de Governança de Gestão e Transparência, solucionando as demandas decorrentes da administração e gerenciamento aos usuários, todos os dias, para os serviços de avisos de perda, roubo ou extravio, bloqueio de cartão, alteração de senha pelo próprio servidor/usuário, consulta de rede credenciada, consulta de saldo e para esclarecimento de dúvidas sobre a utilização do benefício, sem prejuízo das funcionalidades previstas na plataforma web e no aplicativo;

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, observando, em especial, aos itens dois e três do presente Termo de Referência.

- 4.1.1.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 4.1.2.** Apresentar comprovante de registro no Ministério do trabalho, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) conforme previsto na Lei nº 6.321/76 ou outro documento equivalente emitido pelo Ministério do Trabalho.
- 4.1.3.** Por se tratar de serviços de natureza continuada, o Atestado de Capacidade Técnica Operacional deverá ser expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante e comprovar a execução anterior, sem ressalva, por período não inferior a 02 (dois) anos consecutivos, sendo admitido o somatório de atestados para comprovação do respectivo período.
- 4.1.4.** A exigência de Atestado de Capacitação Técnica para comprovação da execução por período não inferior a 02 (dois) anos é razoável e não frustra o caráter competitivo do certame, conforme Acórdão do TCU.

Acórdão nº 312U2016 - TCU Plenário (...). 10.5 Na mesma linha de Voto, a exigência de atestado de prestação de serviços por dois anos consecutivos está razoável e não restringe a competitividade do certame, não havendo razão a representante nesse ponto.

- 4.1.5.** A análise dos documentos supramencionados será realizada pela Comissão de Avaliação a ser criada.

5. FORMA DE FORNECIMENTO:

- 5.1.** Os créditos serão disponibilizados nos cartões, no prazo máximo de 01 (um) dia útil a contar da data de solicitação feita pelo setor requisitante.
- 5.2.** O valor de face dos valores de alimentação e refeição poderá ser reajustado mediante o que for estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho ou por Iniciativa da PREFEITURA DE CORONEL FABRICIANO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

5.3. A Prefeitura de Coronel Fabriciano informará mensalmente os valores que deverão ser liberados.

6. VIGÊNCIA E INSTRUMENTO CONTRATUAL:

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é fixado a partir da data da sua assinatura e terá a duração de 12 (doze) meses.

7. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E FORMA DE RECEBIMENTO:

O prazo de disponibilização dos créditos será de até 01 (um dia) após solicitação e enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO.

7.1. Os créditos deverão ser disponibilizados eletronicamente nos cartões conforme indicação da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO.

7.2. Após a assinatura do contrato, a Secretaria de Gestão e Transparência e o Setor de Recursos Humanos enviará listagem com os dados de todos os servidores que receberão cartões de auxílio alimentação. A Licitante Vencedora terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do envio da referida listagem, para entregar os cartões;

7.3. O local de entrega dos cartões será na sede da Secretaria de Governança de Gestão e Transparência, situado a Praça Dr. Louis Ensck, nº 64, Centro na Cidade de Coronel Fabriciano, CEP: 35.170-033, Coronel Fabriciano/MG. Para fins de cumprimento do disposto do art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei nº 14.133/21, o objeto será recebido da seguinte forma: ser entregues bloqueados, com as respectivas senhas, em envelope lacrado com o nome do servidor impresso na parte externa, sem custo de frete;

7.4. Em caso de reposição de cartão ou cartões para novos servidores o prazo de entrega será de 07 (sete) dias a contar do envio da solicitação.

7.4.1. Os cartões poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.2. Definitivamente, após a aceitação do objeto e atesto da nota/fatura pela Comissão e/ou Área Demandante, abrindo-se o prazo de até 10 (dias) úteis para a realização do pagamento.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Licitante Vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 Compete ao MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 8.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Licitante Vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5.** Efetuar o pagamento à Licitante Vencedora no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento.

8.2. CABERÁ À LICITANTE VENCEDORA:

- 8.2.1.** Entregar o objeto nos termos definidos neste instrumento;
- 8.2.2.** Suportar todos os custos de fornecimentos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas (inclusive transporte e refeição), securitárias, taxas, fretes, transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre o Objeto deste Termo de Referência;
- 8.2.3.** Suportar todos e quaisquer compromissos e ônus assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução. Integral ou não, ou inexecução deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 8.2.4.** Apresentar a nota fiscal/fatura referente ao fornecimento.;
- 8.2.5.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência;
- 8.2.6.** Manter-se durante toda a execução do Contrato em situação regular perante as Fazendas Federal e Estadual, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.2.7.** Se for o caso, efetuar, sem nenhum ônus para o MUNICÍPIO, a anotação de responsabilidade técnica junto à(s) entidade(s) responsável (Is) pela fiscalização e fazer prova de regularidade.
- 8.2.8.** Em caso de aumento do quadro funcional, a quantidade de cartões deverão aumentar na mesma proporção, sem ônus adicional para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO.
- 8.2.9.** Cabe à empresa repor os cartões sem ônus adicional, no caso de desgaste natural pelo uso ou falhas no uso/operação, em caso de roubo e furto desde que comprovado por boletim de ocorrências policial, bem como que o saldo existente no cartão na data de comunicação do evento e solicitação seja imediatamente bloqueado;
- 8.2.10.** Em caso de perda ou extravio, poderá ser cobrado do beneficiário (servidor) as custas para emissão de uma segunda via, de modo que o saldo existente no cartão na data de comunicação do evento e solicitação seja imediatamente bloqueado. Neste caso, a taxa de reemissão do cartão não poderá ser superior a R\$ 10,00 (dez reais).
- 8.2.11.** Nos casos descritos no item 8.2.9 e 8.2.10, após a devida comunicação e trâmite necessário, a licitante vencedora terá o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos para realizar a reposição do cartão com o saldo remanescente do cartão prejudicado, quando couber
- 8.2.12.** No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato, a LICITANTE VENCEDORA deverá ministrar, aos funcionários da Gerencia de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Pessoal, o treinamento do sistema utilizado para realizar as recargas de crédito nos cartões alimentação e/ou refeição dos beneficiários.
- 8.2.13.** Caso a licitante vencedora utilize software próprio para realizar as recargas, a empresa deverá instalar e configurar o programa nos equipamentos da Gerencia de Gestão de Pessoas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO no prazo de 30(trinta) dias corridos , bem como fornecer suporte técnico durante a vigência do contrato, sem ônus adicional para a PREFEITURA DE CORONEL FABRICIANO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

8.3. A LICITANTE VENCEDORA assume a responsabilidade por:.

- 8.3.1.** Todos os encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão qualquer vínculo com PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO.
- 8.3.2.** Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados durante a execução do Objeto.
- 8.3.3.** Eventual inadimplência da LICITANTE VENCEDORA com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao MUNICÍPIO, nem pode onerar o Objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a Licitante Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO.

8.4. É vedado à CONTRATADA:

- 8.4.1.** Veicular publicidade acerca deste Termo de Referência, salvo se obtida expressa autorização escrita da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO; e Subcontratar seu objeto.

8.5. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 8.5.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 8.5.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 8.5.3.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 8.5.4.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 8.5.5.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no regulamento municipal.
 - Quando o signatário da ata se recusar ou se omitir em cumprir suas obrigações em tempo hábil;
 - Durante o período de tramitação de Processo Administrativo de Responsabilização em face do signatário da ata.
- 8.5.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

- adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 9.1.** A gestão será realizada pela servidora Marcela Ferreira Freitas, Gerente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Pessoal, e-mail: gerencia.rh@fabriciano.mg.gov.br e a fiscalização do fornecimento do objeto será exercida pela servidora Fernanda Daniela Gonçalves Silva, Coordenadora de Processo da Folha de Pagamento, e-mail: rh.folhadepagamento@fabriciano.mg.gov.br, designados pelo Setor Requisitante na condição de representantes da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, permitida a contratação de terceiros para assisti-las e subsidiá-las de informações pertinentes a essa atribuição.
- 9.2.** Compete a Gestora do Contrato acima identificada exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.
- 9.3.** Compete a Fiscal do Contrato acima identificada exercer a verificação concreta do serviço, devendo a servidora designada verificar a qualidade e procedência da prestação do serviço respectivo, encaminhar informações a gestora do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc. A fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10. DO PAGAMENTO DAS RECARGAS:

- 10.1.** O faturamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo Setor Requisitante, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do Município. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente do Contratado.
- 10.2.** Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da cópia das guias de quitação de débitos relativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Prova de regularidade relativa à seguridade social – INSS. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência em relação a regularidade fiscal (Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social e FGTS) e trabalhista.
- 10.3.** O Município de Coronel Fabriciano reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

ato da atestação, execução do serviço ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.4. O Município de Coronel Fabriciano poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa nos seguintes termos;

0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos ou impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do cadastro de fornecedores municipal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 2 (dois) anos.

- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. as peculiaridades do caso concreto;
 - III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- a) Advertência, quando o licitante vencedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta Ata, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - d) A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 Da Lei 14.113/21.
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021)..

- 11.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 11.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO PARA A SELEÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 A licitação será feita através de **Pregão Eletrônico**, do Tipo **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA PERCENTUAL**, sendo que esta será aplicada ao valor a ser emitido no vale alimentação.

12.2 A Taxa Administrativa Percentual irá incidir sobre os valores estimados, quando da contratação e solicitação das cargas, devido a estas serem os multiplicadores dos respectivos valores de face.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 As despesas decorrentes deste objeto para recarga dos cartões Vale Alimentação correrão por conta das previstas na Lei Orçamentaria anual do exercício vigente e de outras que vierem a substituí-las em exercícios financeiros vindouros.

01.19.01.08.122.0005.2001.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 1091

01.07.01.04.122.0031.2042.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 419

01.06.01.04.122.0003.2078.3.3.90.46.54 Fonte: 500 Ficha: 350

01.11.01.04.122.0003.2090.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 729

01.05.04.04.128.0003.2011.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 306

01.04.01.04.122.0003.2160.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 199

01.02.01.04.122.0003.2146.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 48

01.03.01.04.122.0028.2034.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 100

01.10.01.12.361.0029.2401.3.3.90.46.00 Fonte: 540 Ficha: 695

01.09.06.13.122.0009.2849.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 659

01.14.10.10.122.0030.2787.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 811

01.08.01.08.122.0006.2033.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 549

01.08.01.08.122.0007.2038.3.3.90.46.00 Fonte: 500 Ficha: 562

14. REAJUSTE E REALINHAMENTO DE PREÇOS:

Os preços poderão ser reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC conforme o disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

14.1. Os preços poderão ser realinhados nos termos do Artigo 124, Alínea D, Inciso II da Lei Federal n.º 14.133/21.

14.2. O requerimento de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro da ATA de Registro de Preços deverá ser protocolado no endereço eletrônico <https://www.fabriciano.mg.gov.br/>, sendo que o fornecedor deverá acompanhar o deferimento ou indeferimento através do e-mail fornecido após a conclusão do processo, sendo o prazo máximo para deferimento ou indeferimento 30(trinta) dias corridos. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou da ata de registro de preços deverá conter:

I - Motivos que ensejaram o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

II - Os custos dos itens constantes da proposta vencedora, com as respectivas planilhas de composição de custos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

III - documentos pertinentes que possam comprovar as situações de fato e de direito, conforme descrições abaixo:

Carta de solicitação contendo o relato dos fatos pelos quais solicita o reequilíbrio, que deverá conter, obrigatoriamente:

Data de emissão;

Razão social, CNPJ, e-mail e telefone da empresa;

Número do processo de compra e pregão correspondente ao assunto;

Número da Ata de registro de Preços ou Contrato correspondente ao assunto;

Assinatura do responsável pela empresa;

3 (três) últimas notas fiscais eletrônicas (grifar nas notas fiscais com marca texto os itens que a empresa solicitou o realinhamento) emitidas em relação ao objeto do pedido de reequilíbrio;

14.3. A empresa que receber Autorização de Fornecimento anterior, na data ou posterior a data do protocolo que efetuou a Solicitação de Reequilíbrio Econômico e Financeiro, deverá cumprir com o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência, sem possibilidade de prorrogação do período, sem ônus ao Município, haja vista o período de dias necessários para os trâmites internos de deferimento ou indeferimento no máximo de 30(trinta) dias corridos.

15. DOS RESPONSÁVEIS


15.1. Este Termo de Referência foi elaborado por Sandynele Dias Silva inscrita sob número de CPF 120.407.106-39.



Sandynele Dias Silva
Responsável por elaborar



Marcela Ferreira Freitas
Gestor do Contrato



Fernanda Daniela Gonçalves Silva
Fiscal do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

15.2. Servidores Responsáveis por Autorizar:

CARLOS ALBERTO SERRA NEGRA
SECRETARIO DE GOVERNANÇA EDUCACIONAL E CULTURA

DANIEL NUNES LINHARES PAPA
SECRETARIA DE GOV. ESTRATEGICA DA QUALIDADE, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

DENNER FRANCO REIS
SECRETARIO DE GOVERNANÇA JURÍDICA

DOUGLAS PRADO BARBOSA
SECRETARIO DE GOVERNANÇA DE PLANEJAMENTO, MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO

JOSÉ MÁRCIO PEREIRA GOMES
SECRETARIO DE GOVERNANÇA POLÍTICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

FABRÍCIO FERREIRA DE FARIAS
SECRETARIO DE GOVERNANÇA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

LIDIANI GOMES MARTINS DE CARVALHO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA

LETICIA FERNANDES GODINHO
SECRETARIA DE GOVERNANÇA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MAKLENON ALVES DA SILVA
SECRETARIA DE GOVERNANÇA DA SAÚDE

WANDER MARCONDES MOREIRA ULHOA
SECRETARIA DE GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 19.875.046/0001-82

COMUNICAÇÃO INTERNA

000187/2024

DE: SETOR DE COMPRAS

PARA: SETOR DE LICITAÇÃO

ASSUNTO: ALTERAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO 156/2024

Em resposta ao parecer 217/2024 processo de compra 156/2024, pregão eletrônico 068/2024 registros de preço 35/2024 Em atendimento ao recomendado às alíneas abaixo 10 a 14, 26 a 28 e 29 a 32 segue as seguintes apreciações

Alínea 10 a 14

Justificativa ao inciso 3.5 do Termo de Referência

Considerando o disposto nas alíneas 10 à 14, estas que dispõem sobre a recomendação a respeito da admissão da taxa de administração negativa, do parecer nº 217/2024 da Procuradoria Geral do Município de Coronel Fabriciano, esclarecemos por meio deste, que após verificação com o setor pertinente, concluiu-se que o município não está inscrito no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e que não há servidores que possuam vínculo empregatício regido pela Consolidação da Leis Trabalhistas (Del-5452). Sendo assim, entendemos que seja viável a adoção da taxa de administração negativa.

Alíneas 26 a 28

Justificativa da dispensabilidade do inciso 4.1.2 do Termo de Referência

Em observância a recomendação do parecer jurídico que consta na cláusula quarta, DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que a empresa deverá "apresentar comprovante de registro no Ministério do trabalho, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) conforme previsto na Lei nº 6.32 Í176 ou outro documento equivalente emitido pelo Ministério do Trabalho". No que tange ao requisito estabelecido, nos abstermos de exigir, como condição para habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 19.875.046/0001-82

Alíneas 29 a 32

Alteração do inciso 3.8.1

Para definição do quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados pela LICITANTE VENCEDORA, em relatório contendo os quantitativos de estabelecimento cadastrados com os CNAE vinculados a gêneros alimentícios *in natura*, tais como supermercados, armazéns, sacolão, açougue, mercadinhos etc. Existentes dentro do Município de Coronel Fabriciano, que, segundo pesquisas feitas, totalizam 1.167 (mil cento e sessenta e sete), sendo 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) microempreendedores individuais e 703 dos demais tipos societários.


Sandynere Dias Silva
Setor de Compra



ANEXO II – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
Pregão Eletrônico n.º 068/2024 - Registro de Preços n.º 035/2024 – Processo de Compra n.º 156/2024

Razão Social: _____
CNPJ: _____/_____-_____
Tel / E-mail: _____

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para gerenciamento e administração de benefício de Vale Alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip de segurança, na modalidade “pré-pago”, com mecanismo eletrônico de controle de concessão de créditos em forma eletrônica que permita a gestão dos pagamentos, compensações, liquidações, mediante créditos concedidos pela administração, destinado à aquisição de gênero alimentício in natura em estabelecimentos credenciados no âmbito do Município de Coronel Fabriciano e das demais cidades integrantes da Região Metropolitana do Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Santana do Paraíso, ANTÔNIO Dias e Belo Oriente), tendo como fontes de receitas: Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNT. DO BENEFÍCIO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP, CONTEMPLANDO CARGA E RECARGA DE VALOR DE FACE, NA MODALIDADE ON-LINE, VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO IN NATURA EM ESTABELECIMENTO CREDENCIADOS EM AMBITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO E NAS DEMAIS CIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO.	SV	3.700,00	R\$ 350,00	R\$ 1.295.000,00	R\$ 15.540.000,00
% TAXA DE ADMINISTRAÇÃO						_____%
VALOR ANUAL ESTIMADO JÁ INCIDIDO O DESCONTO DA TAXA						R\$ _____

Observações: Declaro expressamente que nos preços cotados estarão inclusos os impostos, taxas, fretes e as despesas decorrentes do fornecimento, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

Validade da proposta: 60(sessenta) dias.

Dados para pagamentos:

Código Bancário: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Data: ____/____/____

Assinatura Representante Legal



ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Pregão Eletrônico n.º 068/2024 - Registro de Preços n.º 035/2024 – Processo de Compra n.º 156/2024

O Município de Coronel Fabriciano, com sede na Praça Dr. Louis Ensck n.º 64, Centro em Coronel Fabriciano-MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n.º 19.875.046/0001-82, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **MARCOS VINÍCIUS DA SILVA BIZARRO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/2024, publicada no de/...../2024, processo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462/23, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa para gerenciamento e administração de benefício de Vale Alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip de segurança, na modalidade “pré-pago”, com mecanismo eletrônico de controle de concessão de créditos em forma eletrônica que permita a gestão dos pagamentos, compensações, liquidações, mediante créditos concedidos pela administração, destinado à aquisição de gênero alimentício in natura em estabelecimentos credenciados no âmbito do Município de Coronel Fabriciano e das demais cidades integrantes da Região Metropolitana do Vale do Aço (Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Santana do Paraíso, ANTÔNIO Dias e Belo Oriente), tendo como fontes de receitas: Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos, conforme especificações constantes nos anexos deste Edital.

1.2. Constitui anexo desta Ata:

Anexo I – Proposta Readequada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as constantes do Anexo I – Proposta Readequada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 11.462/23.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 – P).



3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DA ATA

4.1. Este Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período na hipótese do artigo 84, da Lei 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da Gerência Administrativa, responsável pelo recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração;

b) demonstração de que o valor da permanência economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

4.1.2. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços. No caso de prorrogação, o quantitativo da Ata de Registro de Preços será o remanescente.

4.2. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início, incluir-se-á o do vencimento e serão considerados dias consecutivos.

4.3. Não serão computados no prazo de execução, os atrasos e paralisações decorrentes de caso fortuito ou de força maior, conforme definido em lei. Só serão aceitos os atrasos decorrentes de acertos de conveniência entre as partes.

4.4. Os produtos serão fornecidos ao longo do período, à medida que surgir necessidade.

4.5. Todas as quantidades são estimadas, podendo variar de acordo com a demanda.

4.6. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços e, sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

4.7. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensck, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (Decreto n.º 11.462/23), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (Decreto n.º 11.462/23).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21, nos termos do art. 12, §1º do Decreto n.º 11.462/23.



Estado de Minas Gerais
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

Assessoria de Licitações
Praça Louis Ensich, 64, 2º Andar – Sala 219 – Centro – Coronel Fabriciano/ MG
Tel: (31) 3406-7540 / 3406-7452 - E-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br



7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Coronel Fabriciano/MG,.....de de 2024.

MARCOS VINICIUS DA SILVA BIZARRO
Prefeito

PAULO VALADARES DA SILVA
Agente de Contratação

Sr. (a) xxxxxx – representante legal da NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL) _____